

HABEAS CORPUS Nº 493.494 - SP (2019/0042996-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PEDRO CAVENAGHI NETO - SP324057
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL ALEXSANDRO SANTOS SILVA (PRESO)
PACIENTE : MICHAEL LIMA PAES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de RAFAEL ALEXSANDRO SANTOS SILVA e MICHAEL LIMA PAES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Sustenta o impetrante, em síntese, que a segregação cautelar constitui constrangimento ilegal na medida em que os pacientes não possuem condições de arcar com o valor arbitrado a título de fiança.

É o breve relatório.

Decido.

De uma análise perfunctória dos autos, verifica-se que os pacientes encontram-se presos única e exclusivamente por não possuírem condições de adimplir o valor arbitrado, a título de fiança, de R\$ 2.000,00 para cada, pelo suposto cometimento do crime de furto qualificado.

A decisão ora reprochada está assim fundamentada, **verbis**:

"regularidade dos trabalhos. Flagrante formalmente em ordem. A despeito das considerações da defesa, lê-se no auto de flagrante e no registro da ocorrência que os indiciados foram abordados e detidos quando manuseavam cabos telefônicos já seccionados, justificando-se a situação flagrancial. Possível no caso concreto, considerando os fatos descritos nos documentos juntados que os indiciados aguardem o andamento do presente em liberdade, uma vez que reúnem as condições e requisitos para tanto. Entretanto, tratando-se de crime patrimonial que gera graves danos e prejuízos à sociedade, imperativa se mostra a fixação de valor à fiança, levado em conta a condição econômica dos acusados (fls. 19 e 24). Defiro, pois, liberdade provisória, com fiança, que, nos termos do artigo 325 d o CPP,

arbitro em R\$ 2.000,00 para cada indiciado. Honrada a fiança, expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA em favor de MICHAEL LIMA PAES e RAFAEL ALEXSANDRO SANTOS SILVA" (fl. 17).

Esta Corte, contudo, já se posicionou no sentido de não ser possível a manutenção da custódia cautelar tão somente em razão do não pagamento do valor arbitrado a título de fiança, máxime quando se tratar de réu pobre, **ex vi** do art. 350 do CPP.

Nesse sentido, precedentes das **duas turmas** que compõem a col. Terceira Seção deste Tribunal:

"PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. POSSE DE ARMA DE FOGO. PRÉVIO MANDAMUS DENEGADO. PRESENTE WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA. FIANÇA NÃO PAGA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FLAGRANTE ILEGALIDADE. EXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

(...)

3. In casu, existe manifesta ilegalidade pois se o próprio magistrado de primeiro grau reconheceu não estarem presentes os requisitos que autorizam a segregação cautelar, o não pagamento da fiança arbitrada, por si só, não justifica a preservação da custódia, além de trata-se de réu juridicamente pobre, assistido pela Defensoria Pública.

4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de, confirmando a liminar, garantir a liberdade ao paciente, independentemente do pagamento de fiança."

(HC 303458/AC, Sexta Turma, Rel^a. Min^a. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 24/09/2014) (grifei).

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. COMPETÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM O STF. FURTO QUALIFICADO. LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA. AUSÊNCIA DE

CAPACIDADE ECONÔMICA DO PACIENTE. PRESENÇA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE ENSEJA A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO.

(...)

3. Na espécie, não fora explicitado na decisão do Tribunal de origem um motivo idôneo sequer, apto a embasar a medida constritiva do Paciente, ao contrário: foi reconhecida a ausência de fundamentos para dar suporte à constrição cautelar.

4. Nesse contexto, a imposição da fiança, dissociada de qualquer dos pressupostos legais para a manutenção da custódia cautelar, não tem o condão, por si só, de justificar a prisão cautelar do réu, a teor do disposto no art. 350, do Código de Processo Penal, quando a situação econômica do réu assim não a recomenda, tal como se verifica na hipótese, em que o Paciente se diz hipossuficiente e que se encontra preso desde maio de 2012. Precedente.

4. Habeas corpus não conhecido. Habeas corpus concedido de ofício para conceder ao Paciente o direito de responder ao processo em liberdade sem fiança.

(HC 247271 / DF, Quinta Turma, Rel^a. Min^a. Laurita Vaz, DJe 02/10/2012) (grifei).

Ante o exposto, **defiro o pedido liminar**, para permitir que os pacientes aguardem em liberdade o julgamento do mérito do presente **writ**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator